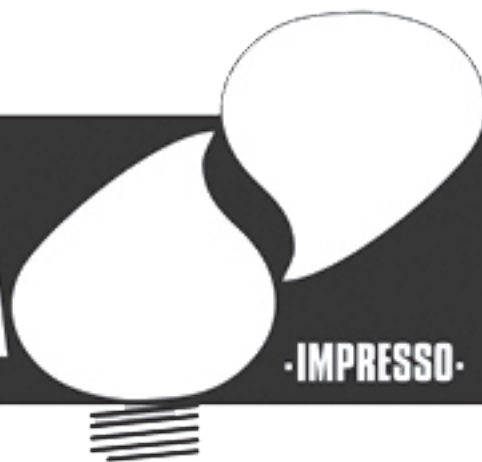




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1329 - 15 de setembro de 2016



·IMPRESSO·

É preciso

AVANÇAR

Quarta rodada de negociação do ACT 2016/17 dos trabalhadores da Celesc inicia com a certeza de que é preciso avançar rumo às reivindicações da categoria



**FÓRUM PARLAMENTAR CATARINENSE
APOIA FLEXIBILIZAÇÃO DE METAS DA
CONCESSÃO**

**LUTA NACIONAL EM
DEFESA DOS DIREITOS
TRABALHISTAS**



FÓRUM PARLAMENTAR CATARINENSE APÓIA LUTA POR APROVAÇÃO DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS METAS DA CONCESSÃO

Em reunião, Parlamentares de Santa Catarina acertam compromisso pela inclusão da emenda 87 no relatório da Medida Provisória 735



A luta pela flexibilização das metas para a manutenção da concessão e da Celesc Pública ganhou apoio dos parlamentares catarinenses. Em reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, realizada nesta terça-feira, dia 13, em Brasília, Deputados Federais e Senadores de Santa Catarina receberam uma comitiva com representação da Intercel, dos trabalhadores e da Diretoria da empresa para debater o apoio à emenda 87 da Medida Provisória 735. Participaram da reunião o Senador Dalírio Beber (PSDB), e os Deputados Federais Mauro Mariani (PMDB), Carmen Zanotto (PMDB), Valdir Colatto (PMDB), Ronaldo Benedet (PMDB), Edinho Bez (PMDB), Espiridiano Amin (PP) e Jorginho Mello (PR).

A MP 735 foi editada pelo Governo Federal para facilitar a privatização das distribuidoras de energia do Grupo Eletrobras. A lógica da MP é a flexibilização das metas da concessão para empresas que tiverem "troca acionária". Ou seja, a MP dá melhores condições para o atingimento das metas estipuladas pela Aneel para as empresas que forem privatizadas. Deputados e Senadores de todo o Brasil fizeram 127 emendas à MP, com as mais variadas situações. Uma delas, em especial, é muito importante para a Celesc.

Editada pelo Senador Roberto Muniz (PP-BA), a emenda 87 prevê a flexibilização das metas da concessão também em casos extraordinários, sem a necessidade de privatização das empresas. A lógica é muito clara e foi exposta pelo Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes da Silva, aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense:

"É impossível aceitar que uma empresa que já foi eleita 5 vezes a melhor Distribuidora do Brasil e várias vezes a melhor da América Latina, não tenha a oportunidade de flexibilizar as metas da concessão para continuar atendendo bem a sociedade mantendo-se pública"

se: "Não é possível que uma empresa como a Celesc, que tem 60 anos de história, que atende bem à sociedade e vem constantemente melhorando seus indicadores de continuidade perca a concessão por não bater metas em um único ano. É impossível aceitar que uma empresa que já foi eleita 5 vezes a melhor Distribuidora do Brasil e várias vezes a melhor da América Latina, não

tenha a oportunidade de flexibilizar as metas da concessão para continuar atendendo bem à sociedade mantendo-se pública". O presidente da Celesc, Cleverson Siewert, apresentou aos parlamentares as particularidades da Celesc frente à concessão, criticando a rigidez das metas impostas pela Aneel, que não consideraram as especificidades regionais, criando metas quase que inalcançáveis. Já o Diretor Jurídico da empresa, Antônio Linhares, disse que a emenda traz para o debate das metas a imprevisibilidade, ou seja, que eventos fora do comum não podem ser avaliados com as regras definidas para a normalidade.

O Fórum Parlamentar Catarinense avaliou como de grande importância o apoio da bancada catarinense à inclusão da emenda 87 já no relatório do Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Os deputados e Senadores ainda consideraram fundamental buscar apoio do próprio governo federal, externando que a flexibilização das metas da concessão e a manutenção da Celesc como empresa pública e patrimônio do povo são desejos dos parlamentares catarinenses. O prazo para avaliação da Comissão Mista da MP 735 é 20 de outubro. Após a avaliação ela será votada tanto no Senado quanto na Câmara de Deputados Federais.

É preciso

AVANÇAR

Após péssima proposta, quarta rodada de negociação inicia com a certeza de que é preciso avançar rumo às reivindicações dos trabalhadores

O Acordo Coletivo de trabalho 2016/17 continua mobilizando os celesquianos na luta pelos seus direitos. Após a terceira rodada ter demonstrado que a visão da empresa é o ataque e a retirada de direitos dos trabalhadores, a categoria ficou ainda mais unida. A proposta de congelamento de benefícios, segregação e retirada de direitos demonstra não só a falta de respeito com que constrói a grandeza da Celesc, mas também que a diretoria optou pelo caminho do embate, jogando a culpa de todos os problemas da Celesc para o custo de pessoal. Essa atitude também não é nova: a diretoria vem ao longo do tempo atacando os celesquianos para maquiagem uma gestão com várias fragilidades que não consegue atuar na redução de custos e recuperação de receitas.

A terceira rodada, entretanto, teve uma grande vitória dos trabalhadores. A garantia de emprego foi renovada por mais 2 anos, dando tranquilidade aos trabalhadores para continuarem o trabalho de qualidade rumo à manutenção da concessão da Celesc. Se a garantia de emprego veio, com ela também veio a certeza de que é preciso ainda avançar muito. Apesar de sua grande importância, os trabalhadores não aceitarão a barganha que a diretoria tem tentado fazer desde o ACT passado: não adianta conceder a garantia de emprego e destruir todo o resto do Acordo Coletivo de Trabalho.

A diretoria precisa avançar e tratar seriamente as reivindicações dos trabalhadores. A pauta definida na Assembleia Estadual é bastante realista e, mesmo com dificuldades para

alcançar as metas da concessão, o corte na carne dos trabalhadores não pode ser a única forma que a diretoria enxerga para manter a empresa pública. Não é à toa que a categoria tem se irritado com esta postura. Uma diretoria que não recupera receita, não é competente no combate à inadimplência e ainda aumenta indiscriminadamente os valores dos contratos de empreiteiras acaba desacreditada quando justifica o corte de direitos com a necessidade de reduzir custos.

A rodada desta semana iniciou nesta quarta-feira, dia 14, com o debate de cláusulas específicas da Diretoria de Distribuição. Ela foi retomada hoje, dia 15, e continuava até o fechamento desta edição. Fiquem atentos aos boletins da Intercel. Vamos juntos em defesa de nossos direitos.



DIREITOS

LUTA NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Centrais sindicais propõem paralisação nacional



No dia 22 de setembro acontece em todo Brasil uma paralisação nacional proposta pelas centrais sindicais (CTTB, FORÇA SINDICAL, UGT, NOVA CENTRAL, INTER-SINDICAL e CUT). O protesto é contra as medidas anunciadas pelo governo Temer, em relação à pretensas reformas dos direitos trabalhistas, da jornada de trabalho, da previdência, etc. Farão parte das palavras de ordem a luta contra o crescimento do desemprego que já atinge 12%; contra o saque aos recursos públicos destinados para a educação, saúde, moradia, reforma agrária; em defesa de nossa soberania nacional sobre o pré-sal e contra a privatização de empresas públicas.

CUTUCADA

Eletrosul

Está sendo procurado o diretor da Energen Energias Renováveis, Fabio Maimoni Gonçalves, que até semana passada também figurava no site da Eólicas do Sul como Diretor Financeiro da Chui Holding S.A., Livramento Holding S.A., e Santa Vitória do Palmar S.A. Eólicas do Sul é a denominação utilizada para designar o conjunto destes projetos eólicos. Segundo matérias publicadas no portal G1 e da Folha de São Paulo, ele vem sendo procurado desde a semana passada quando a Polícia Federal desencadeou a Operação Greenfield que investiga um rombo de R\$ 50 bilhões em quatro fundos de pensão, incluindo a FUNCEF, onde Fábio também foi coordenador. Se alguém ver Fabio Maimoni Gonçalves pelos corredores da Eletrosul (as eólicas em questão dão o endereço da Eletrosul como sendo seu), favor avisar a polícia.



Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina

Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Amílca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161 |
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Desculpe o transtorno, preciso falar do

CUNHA

por Michel Temer*



Paródia publicada e escrita pela equipe da revista Piauí no site "The Piauí Herald".

Primeiramente, affinitas affinitatem non generat.

Conheci-o no culto. Essa frase pode soar eloquente demais se você imaginar alguém pregando a palavra de Deus num templo milenar de Israel.

Mas o culto em questão era apenas um dos muitos que os pastores vêm comandando desde os anos 90 em decadentes cinemas das capitais. Ele fazia preces financeiras. Nunca vou esquecer: passava a sacolinha entre os fiéis humildes enquanto recitava Malaquias 3:8-10.

Quando os pastores levantavam a voz no púlpito, ele se calava. Quando contabilizavam o dízimo nos bastidores, ele os auxiliava. Quando gritavam "amém, Jesus!", ele concordava com a cabeça. Sempre estrábico, deixava claro que conseguia manter um olho no peixe e outro no gato. Foi paixão à primeira vista. Só pra mim, acho.

Passamos algumas madrugadas conversando na Telerj ao som de Sonda-me, Usa-me e Rendido Estou. De lá, migramos pro governo Garotinho. Do governo Garotinho pro PMDB, do PMDB pro Congresso.

Começamos a namorar quando ele tinha 50 e eu, 68, mas parecia que a vida começava ali. Vimos todos os episódios de House of Cards várias vezes. Testamos todas as receitas possíveis de robalo. Escolhemos diretorias em estatais como se escolhêssemos gravatas. A quatro mãos, escrevemos medidas provisórias, projetos de lei e inúmeras versões da reforma tra-

balhista. Fizemos uma dúzia de amigos novos e, com eles, fundamos o Blocão. Sofremos com os haters, gargalhamos com a desgraça da Dilma. Juntos, rasgamos a Constituição.

"Juntos rasgamos a constituição. Viajamos o mundo dividindo o cartão de crédito. Dos dez paraísos fiscais de que mais gosto, sete foi ele quem me apresentou. Os outros três foi ele quem inaugurou. Aprendi com ele o significado de usufrutário, truste, Panamá Papers"

Viajamos o mundo dividindo o cartão de crédito. Dos dez paraísos fiscais de que mais gosto, sete foi ele quem me apresentou. Os outros três foi ele quem inaugurou. Aprendi com ele o significado de usufrutário, truste, Panamá Papers e outras palavras que o Word tá sublinhando de vermelho e enviando pra NSA.

Ontem, terminamos. E não foi fácil. Choramos mais do que quando líamos o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Mais do que quando falávamos em público de nossas famílias. Até hoje, não tem um lugar que eu vá em que alguém não diga, em algum momento: cadê ele? Parece que, pra sempre, ele vai fazer falta. Se ao menos a gente tivesse tido votos, eu penso. Levaria algo de íntegro comigo.

Semana passada, consumou-se o impeachment que a gente urdiu juntos – não por acaso, fruto de um emaranhado jurídico bem mais cabeludo do que nossas cabeças já ralas. Achei que fosse chorar tudo de novo. Mas

o que me deu foi uma felicidade muito profunda de ter orquestrado um grande golpe na vida. E de ter esse golpe documentado no Diário Oficial. Não falta nada.

